

REALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CATUCÁ EM BACABAL-MA

Marcus Vinícius Silva Queiros¹, Raimundo Sirino Rodrigues Filho^{1,3}, Solaneide Vieira Rezende².

RESUMO: O trabalho foi desenvolvido no período de dez/2017 a dez/2018, pela equipe formada por um professor e um estudante da UEMA/Campus Bacabal, técnicos da AGERP – Bacabal, e professores da SEMED – Bacabal. O objetivo do mesmo foi elaborar e sistematizar o Planejamento Participativo da comunidade Catucá no município de Bacabal (MA), considerando as características e aspirações dos seus moradores, priorizando os problemas. Para tanto, utilizou-se ferramentas dos Diagnósticos Rurais Participativos. Os resultados apontaram como principais problemas a falta de entendimento entre os moradores quanto aos benefícios a serem solicitados; a criação de animais soltos; o desinteresse dos jovens pelas atividades agropecuárias; a utilização de sementes sem a qualidade adequada; a péssima qualidade das habitações; ausência de saneamento básico; a escassez de água de irrigação e a evasão escolar; e algumas aspirações dos moradores, aonde destacam-se: a aquisição de um trator, a implantação de um campo agrícola seguindo as técnicas modernas de agricultura e a construção de um açude que dê suporte à irrigação da horta comunitária por todo o ano. Assim, elaborou-se o plano de ação apontando os problemas com as respectivas soluções, assim como os atores responsáveis pela execução e o tempo necessário para o início das atividades.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Políticas Públicas. Projetos Comunitários.

PERFORMANCE OF PARTICIPATORY PLANNING IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF CATUCÁ IN THE MUNICIPALITY OF BACABAL, STATE OF MARANHÃO

ABSTRACT: The objective of this work was to carry out and systematize a Participatory Planning in the Catucá community in the municipality of Bacabal, state of Maranhão. We used the Participatory Rural Diagnostics Methodology. The work was carried out from December, 2017 to December, 2018, by teams from UEMA / Campus Bacabal, AGERP - Bacabal, and SEMED – Bacabal. The results showed that the main problems related by the community were lack of understanding among residents about the benefits to be requested to the government authorities; raising free domestic animals without fences; the youth's lack of interest in agricultural activities; the use of poor quality crop seeds; inadequate housing; absence of basic sanitation; the scarcity of irrigation water and school dropout; and some aspirations of the residents, such as: the acquisition of a tractor, the establishment of an agricultural field with modern technology and the construction of a water reservoir to irrigate the community garden all year long. Thus, the institutional teams elaborated an action plan indicating the solutions to the problems encountered, the actors responsible for the plan execution and the time needed to start the activities.

Keywords: Rural Development. Public Policy. Community Projects.

Recebido em: 29/01/2020

Aceito em: 15/09/2021

¹ Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

² Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP).

³ Autor referente: raimundofilho1@professor.uema.br

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a extensão rural é entendida como uma atividade que fomenta a participação de suas entidades e agentes em um processo capaz de promover e apoiar estratégias que levem à sustentabilidade socioeconômica e ambiental no meio rural. (CAPORAL e RAMOS, 2006)

Sob a perspectiva da implantação de uma nova forma de extensão rural, ficou estabelecida uma nova postura de trabalho dos envolvidos no processo, um novo papel e um novo perfil do agente, fundamentando sua atuação em métodos e técnicas que estimulem a participação do público assistido, assumindo, assim, a extensão um papel de ação educativa, democrática e participativa. (CAPORAL e RAMOS, 2006).

A adoção de uma nova prática extensionista resultou do insucesso da prática conservadora no desenvolvimento do setor agropecuário. As principais diferenças entre a prática antiga e a atual, reside no fato daquela ser fundamentada na teoria da difusão de inovações considerando os agricultores como meros coadjuvantes do trabalho, isto é, apenas depositários de conhecimentos e pacotes gerados pela pesquisa, enquanto nesta a ênfase é dada aos processos de desenvolvimento endógeno, utilizando métodos participativos com a consequente promoção do desenvolvimento rural sustentável. (CAPORAL e RAMOS, 2006).

A referência ao desenvolvimento sustentável nos leva ao termo criado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (World Commission on Environment and Development) em 1987 para garantir o atendimento das necessidades não apenas das gerações atuais, mas também das gerações futuras. (CHACON, 2017). Isso redundou em um novo conceito de crescimento econômico, sem a contínua destruição dos recursos naturais (PRONK e HAQ, 1992).

Para Boff (1999), o processo de adoção do desenvolvimento sustentável, deve abranger todas as facetas da vida humana, o que exige mudanças profundas nas formas de planejar a gestão dos recursos, e estabelecendo, ainda, uma nova ética mundial, reforçando o que afirmou Capra (1991), que implicaria na promoção na qualidade de vida no planeta e melhor distribuição de recursos existentes.

Embora a ideologia dominante tenha mantido a participação do indivíduo restrita aos grupos baseados em relações sociais primárias, como os locais de trabalho, associações de classes, etc., criando uma ilusão de participação política e social, esta tem ocorrido sob diversas formas: imposta, voluntária, manipulada e concedida. (BORDENAVE, 1983).

A participação imposta ocorre quando o indivíduo é obrigado a participar de grupos e realizar atividades ditas indispensáveis; a voluntária, o grupo é criado pelos próprios participantes, e definem sua própria participação, objetivos e métodos de trabalho; a manipulada surge quando ocorre influência por agentes externos para atingirem objetivos previamente estabelecidos (BORDENAVE, 1983); a concedida, que ocorre na maioria dos diagnósticos e planejamentos participativos (SOUZA, 2009).

A participação concedida, em que está fundamentada a nossa ação, pressupõe divisão de poder no processo decisório, ou seja, o indivíduo participa das decisões e dos resultados (GOMES et al., 2001).

A necessidade de realizar diagnósticos participativos está diretamente relacionada à necessidade de ter um espelho da comunidade de uma forma ágil, mostrando a organização e o funcionamento da mesma (LOURENÇO et al., 2007), o que permite se fazer o planejamento de atividades que satisfaçam as necessidades dos moradores de comunidades assistidas. O que ocorreu quando da realização deste trabalho com a comunidade de Catucá.

Localizada a 18 Km da sede do município, a comunidade de Catucá, zona rural do município de Bacabal, apresenta um perfil diferente do cenário comum à maioria das comunidades do referido município, pois, além das culturas tradicionais, cultivam plantas

olerícolas, com destaque para a cebolinha (*Allium schoenoprasum*); coentro (*Coriandrum sativum*), pimentão (*Capsicum annuum*) e alface (*Lactuca sativa*). Estas culturas oferecem maior rentabilidade aos agricultores, quando comparadas com a renda obtida pelos mesmos com a agricultura de subsistência e possibilitam a ocupação da mão de obra local durante todo o ano.

A literatura disponível sobre a situação das comunidades rurais no município de Bacabal é muito incipiente, carecendo de informações atualizadas que abordem a situação socioeconômica dos agricultores familiares, suas demandas tecnológicas, os pontos de estrangulamento que dificultam, ou mesmo impedem, a implantação de medidas eficazes para o incremento da produção agropecuária.

Desse modo, fundamentados Romão et al (2005), procurou-se fazer uma análise da situação atual da comunidade, registrando-se o processo de realização das oficinas de diagnóstico participativo, com fim de, compreendendo-se suas principais aspirações e identificando-se suas características, priorizar os problemas com as respectivas e prováveis soluções e inseri-la num mundo globalizado, sem perder, contudo, a própria identidade.

2. METODOLOGIA

2.1. FERRAMENTAS

Foram utilizadas as ferramentas descritas por Gastal (1993): oficinas participativas, uso das técnicas preconizadas pela Matriz Swot, em inglês, significa “Strengths”, “Weaknesses”, “Opportunities” e “Threats”, também denominada simplesmente de FOFA, uma tradução literal para o português, que significa “Forças”, “Oportunidades”, “Fraquezas” e “Ameaças”; caminhada transversal; árvore dos problemas e soluções; questionário semiestruturado; diagrama de Venn; calendário sazonal e mapa da comunidade, adaptadas ao DRPE - Diagnóstico Rural Participativo Emancipador de Pereira e Little (2002) e Lourenço et al., (2007). Todos estes instrumentos foram utilizados para elaboração do planejamento participativo, aonde foram sistematizadas com a hierarquização dos problemas, as ações a serem feitas, o modo que as ações deverão ser realizadas, os responsáveis pelas ações e o cronograma de execução das mesmas.

2.2. EQUIPE ENVOLVIDA E PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO

O Trabalho foi realizado no período compreendido entre dezembro de 2017 a dezembro de 2018 por um professor e um aluno da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), técnicos do corpo de extensionistas rurais da Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (AGERP-MA), professores da Secretaria Municipal de Educação de Bacabal e moradores do povoado Catucá.

2.3. AÇÕES DESENVOLVIDAS

Na execução dos trabalhos foram executadas algumas ações seguindo a ordem estabelecida no seu cronograma de execução: após selecionar e preparar a equipe de trabalho, foram desenvolvidas ações junto à comunidade para fixar os objetivos do mesmo. Nas reuniões preliminares identificou-se os participantes potenciais e suas expectativas, e discutiu-se sobre a importância e necessidade das informações. Com a ferramenta de DRP definida, partiu-se para a mobilização dos produtores e aos devidos esclarecimentos. Desse modo, pode-se proceder ao levantamento da área e realização das oficinas para a realização do diagnóstico e, conseqüentemente, a realização do planejamento.

2.4. ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS

2.4.1. Na caracterização da comunidade

As ações inerentes a este objetivo consistiram na realização de entrevistas e visitas às residências e às propriedades produtivas dos moradores. A Figura 1, mostra a realização das entrevistas e visitas às propriedades.

FIGURA 1 – Trabalho de caracterização da comunidade. (a) visita às residências; (b) visita às propriedades. Povoado Catucá/Bacabal, 2018.



(a)



(b)

FONTE: Fotografia dos autores.

2.4.2. Na descrição das principais aspirações de seus moradores

Estas informações foram obtidas nas oficinas do DRP, aonde foram reunidos os moradores, principalmente os produtores, e todos foram informando sobre suas principais aspirações. Na Figura 2, pode-se observar as reuniões aonde se debateu os problemas e aspirações da comunidade e de seus moradores.

FIGURA 2 – Reuniões com moradores em que foram discutidos todos os problemas e aspirações da comunidade: (a) conversa inicial; (b) durante a oficina do DRP. Povoado Catucá/Bacabal-MA, 2018.



(a)



(b)

FONTE: Fotografia dos autores.

2.4.3. Na identificação dos problemas existentes, a devida hierarquização e possíveis soluções

Neste caso, também foram obtidas as informações durante a oficina de DRP. Coletivamente, os participantes foram elencando os principais problemas que afligem a comunidade. A hierarquização dos mesmos também foi realizada coletivamente, sem a intervenção da equipe de trabalho. Quanto às soluções, a equipe de trabalho elaborou um quadro ações com as possíveis resoluções dos problemas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Existem 54 casas residenciais construídas, destas, três estão abandonadas. Possui ainda 5 casas de apoio, isto é, casas que servem para receber visitas por ocasião do festejo de umbanda que acontece anualmente na comunidade.

As participações dos órgãos públicos estão representadas pela luz elétrica em todas as casas e a iluminação pública; pelo fornecimento regular de água potável; por uma escola de ensino fundamental do 1º ao 5º ano, além de uma casa de farinha de uso coletivo que se encontra desativada.

No aspecto religioso, há a presença da igreja católica, representada por uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, e da Umbanda, representada pela Tenda de Umbanda Santo Antônio.

O acesso para a comunidade é feito através da estrada vicinal que liga o povoado de Bom Princípio à BR 316, localizando-se antes do referido povoado, isto é, cerca de 8 Km da BR e a 11 Km do povoado.

Um esboço da planta da comunidade, elaborado pelos moradores, é mostrado na Figura 3.

Figura 3 – Planta da comunidade elaborada pelos moradores durante as oficinas do DRP. Povoado Catucá/Bacabal-MA, 2018.



FONTE: Fotografia dos autores.

3.2. MATRIZ SWOT

Como pontos fortes da comunidade pode-se destacar o grande potencial econômico das plantas olerícolas, as quais representam sua principal fonte de renda; a produção de culturas alimentares, devido a tradição do cultivo; o turismo religioso, que se manifesta nas festividades umbandistas que acontecem anualmente no mês de outubro proporcionando a interatividade da população local, como também, visitantes durante o período festivo; e a presença dos sindicatos na organização dos trabalhadores.

Dentre os pontos fracos apontados pelos moradores destacam-se: a desunião entre os moradores; as habitações de baixa qualidade; os animais domésticos criados livres, o que causa danos às atividades produtivas; a ausência de saneamento básico; o índice de evasão escolar; a baixa produtividade dos cultivos; e o uso de técnicas produtivas ultrapassadas.

São três as principais ameaças: escassez de água da comunidade, o que dificulta a produção agrícola tanto para a subsistência quanto para a comercialização, pois a atividade agrícola é a principal fonte econômica dos moradores; a baixa qualidade das sementes, oriunda da falta de informação dos produtores que não têm acompanhamento profissional sobre o processo produtivo; e a comercialização dos produtos fora da comunidade, pois os produtores não dispõem de um ponto estratégico para a venda de suas mercadorias e sofrem com a concorrência da venda dos mesmos produtos por parte de outros comerciantes.

Quanto às oportunidades, destacam-se a qualificação profissional dos produtores, que representa uma importante ocasião de melhorias da produção agrícola da comunidade e geração do progresso na renda dos moradores que vivem dessa atividade; as possibilidades de inserção de tecnologias modernas para o aprimoramento da atividade agrícola; o aumento da produção, com a ampliação da área existente, o que permite o fornecimento de produtos a preços competitivos no mercado já existente; a disponibilidade de crédito rural, pois vale destacar que o investimento do Governo Federal através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, representa uma oportunidade de estimular a atividade agrícola da comunidade, viabilizando o cultivo tanto coletivo quanto individual a fim de fortalecer a atividade econômica mais presente em Catucá.

3.3. EDUCAÇÃO E SAÚDE

Os indicadores educacionais mostram que 47% da população local é analfabeta e 53% alfabetizada. Da parcela alfabetizada 19% frequentam a Pré-escola; 3% cursa o supletivo; 14% está cursando o 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental; 17% no 3º e 4º ano do Ensino Fundamental; 14% frequenta o 6º e o 7º ano do Ensino Fundamental. Os matriculados no Ensino Médio constitui 11% e 22% não frequentaram ou não frequentam a escola.

A estrutura educacional da comunidade está representada por uma escola municipal, com uma sala de aula, funcionando apenas o ensino fundamental do 1º ao 5º ano, em turma multisseriada, isto é, o professor trabalha na mesma sala de aula, com várias séries simultaneamente. Não houve reclamações quanto ao aprendizado, disponibilidade de material ou alimentação escolar. As inquietações foram referentes à evasão escolar devido às dificuldades de continuidade dos estudos, haja vista que os alunos interessados devem se deslocar ao povoado vizinho, que é mais estruturado.

Quanto aos serviços de saúde, a comunidade não conta com um posto de saúde próprio, o posto mais próximo está situado num povoado distante 11 km, aonde são realizados serviços de saúde. O monitoramento para a saúde preventiva é realizado por um agente de saúde que mora no povoado vizinho, o qual faz visitas regulares à comunidade. Quando há necessidade de tratamentos emergenciais, na maioria dos casos, o deslocamento é feito até à sede do município, em condução própria ou alugada, distante 18 km da comunidade.

3.4. ATIVIDADES ECONÔMICAS

A comunidade de Catucá apresenta um cenário em que 67% de sua população economicamente ativa está ocupada em atividades informais; 5% em atividades formais e 28% sem qualquer atividade. As principais atividades desenvolvidas estão ligadas ao setor agrícola, aonde 33,91% da população desenvolvem esta atividade.

As limitações para o crescimento econômico são explicadas pela pequena disponibilidade de terra para o trabalho, haja vista que cerca de 86% da população possui apenas o imóvel destinado para a moradia e o trabalho é desenvolvido na área de usufruto coletivo. Observa-se ainda que apenas 10% dispõem de outra área para empreendimento.

O reflexo destas limitações está na renda média familiar aonde registrou-se que 75% das famílias sobrevivem com até um salário mínimo por mês e 25% recebem até três salários mínimos mensais. Entretanto, esta renda não provém apenas das atividades agrícolas, como suplemento da mesma tem os auxílios governamentais, tais como o Programa Bolsa Família (44%), e não governamentais, como a aposentadoria (30%) e ajuda de parentes distantes (3%).

O setor produtivo da comunidade caracteriza-se por criação de alguns animais domésticos, galinha e suínos, de maneira extensiva, apenas para o consumo familiar. Na agricultura, as culturas trabalhadas são a de subsistência: arroz, milho, feijão e mandioca; e plantas olerícolas (Figura 4), sua principal fonte renda, para o consumo e comercialização do excedente.

FIGURA 4 – Detalhes da horta comunitária. Povoado Catucá/Bacabal-MA, 2018.

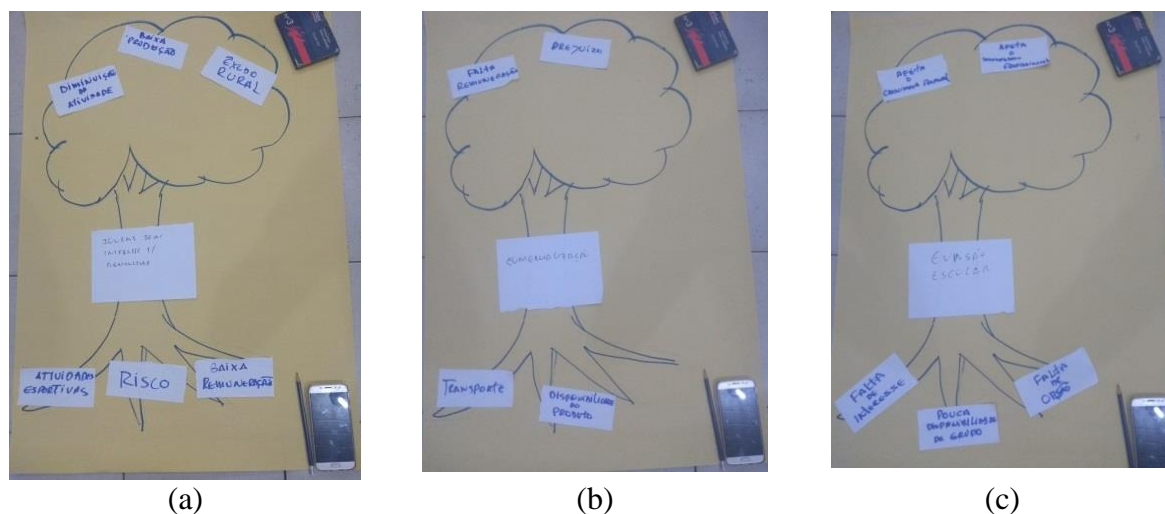


FONTE: Fotografia dos autores.

3.5. PROBLEMAS E ASPIRAÇÕES

Alguns problemas e aspirações dos moradores foram identificados. Dos problemas elencados, destacam-se a falta de entendimento entre os moradores quando das reuniões para tomadas de decisões sobre os benefícios a serem solicitados; a criação de animais domésticos soltos; o desinteresse dos jovens pelas atividades agropecuárias; a utilização de sementes sem a qualidade adequada; a péssima qualidade das habitações; ausência de saneamento básico; a escassez de água de irrigação e a evasão escolar. As suas aspirações estão vinculadas tanto ao setor produtivo quanto à prestação de serviços públicos. Dentre as principais, destacam-se a aquisição de um trator, a implantação de um campo agrícola seguindo as técnicas modernas de agricultura e a construção de um açude que dê suporte à irrigação da horta comunitária por todo o ano. Uma mostra desse trabalho, pode-se observar na Figura 5.

Figura 5 – Árvores de problemas elaboradas pelos moradores durante a realização das oficinas do DRP: (a) Jovens sem interesse pela agricultura: (b) Comercialização; (c) Evasão escolar. Povoado Catucá/Bacabal-MA, 2018.



FONTE: Fotografia dos autores.

3.6. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Com as discussões realizadas em agosto de 2018, foi elaborado um plano de ação voltado para o desenvolvimento da comunidade para execução de qualquer projeto ou tarefa a fim de garantir que a operação seja conduzida sem dúvidas por parte de todo o pessoal envolvido, isto é, de todos os moradores.

O Quadro 1 mostra a consolidação do plano de ação, aonde estão elencados os principais problemas relatados pela comunidade, as ações que devem ser adotadas para a resolução dos respectivos problemas e, a partir de então, como essas ações devem ser trabalhadas, por quem de vem ser implementadas e, por último, quando devem ser realizadas.

É importante ressaltar que não houve interferência dos mediadores ante a descrição dos impasses, uma vez que o objetivo do DRP segundo Verdejo (2006. p.12), não tão somente consiste na obtenção de dados e informações dos moradores, mas, que a partir do processo de autorreflexão sobre os seus próprios problemas tomem decisões mediante as possíveis soluções

QUADRO 1 - Plano de Ação para a comunidade de Catucá/Bacabal-MA, agosto de 2018.

(Continua)

A	B	C	D	E
PROBLEMAS	O QUE FAZER	COMO FAZER	QUEM FAZ	QUANDO
Desentendimento de moradores	Incentivar o trabalho coletivo	Capacitação	Município	Imediato
Baixa qualidade de sementes	Mudança de variedades	Orientação técnica	Estado	Imediato
Ausência de saneamento básico	Construção de fossas sépticas	Projetos comunitários	Estado/União	Imediato
Escassez de água para irrigação	Disponibilização de água	Construção de açude	União	Imediato
Evasão Escolar	Continuidade nos estudos	Disponibilizar escolas	Município	Imediato

QUADRO 1 - Plano de Ação para a comunidade de Catucá/Bacabal-MA, agosto de 2018.

(conclusão)

A	B	C	D	E
PROBLEMAS	O QUE FAZER	COMO FAZER	QUEM FAZ	QUANDO
Baixa produção de culturas alimentares	Incentivo ao cultivo	Implantação de campos de produção	Estado/União	Imediato
Baixo nível tecnológico no preparo do solo	Orientações técnicas	Aquisição de máquinas e implementos	União	6 meses
Animais soltos	Modificar o sistema de criação	Capacitação	Município	6 meses
Baixa qualidade de habitações	Construção de novas casas	Programas de governo	União	6 meses
Desinteresse dos jovens pela atividade agrícola	Trabalho de conscientização	Áreas experimentais	Estado	1 ano

FONTE: Elaboração dos autores (2018).

As ações previstas para a solução dos problemas estão fundamentadas não apenas nas opções técnicas, mas também na experiência dos produtores envolvidos e na realidade das instituições públicas que se fazem presentes no cotidiano da comunidade.

O problema do desentendimento dos moradores pode ser equacionado pelo incentivo ao trabalho coletivo, o qual demanda a capacitação dos moradores. Esta capacitação poderá ser realizada pelos órgãos municipais e executados imediatamente após a tomadas de decisão.

A baixa qualidade das sementes utilizadas poderá ser resolvida com a mudança para variedades mais produtivas, através do trabalho de orientação técnica a ser realizado pelos órgãos de assistência técnica e extensão rural do Estado, o qual mantém o programa de distribuição de sementes certificadas, o que torna o prazo para a execução como sendo de execução imediata.

A situação referente à ausência de saneamento básico pode ser solucionada pela construção de fossas sépticas em cada residência. Os recursos financeiros e materiais necessários poderão ser obtidos através da realização de projetos comunitários dirigidos aos órgãos estaduais e federais. Nesse aspecto, é de fundamental importância que a associação dos moradores esteja apta para receber os recursos, isto é, que não haja impedimentos legais com a Receita Federal, o INSS, dentre outros. O prazo para a execução torna-se de caráter imediato, devido alguns passos começarem a ser imediatamente adotados, principalmente no que diz respeito à legalização da entidade representativa dos moradores.

A escassez de água para a irrigação poderá ser solucionada com a construção de reservatórios, como açudes, na área. Os recursos poderão ser obtidos através de projetos comunitários encaminhados aos ministérios seguindo os editais de publicação de editais de convênios direcionadas para tal. Aqui, também se considera o prazo de execução imediata pela necessidade da legalização imediata da associação.

O problema relacionado ao desenvolvimento humano, a evasão escolar, poderá ser resolvido com a oferta de séries escolares acima das existentes, haja vista que a principal causa apontada pelos moradores fora as dificuldades dos estudantes se dirigirem a outros povoados ou à sede do município para a complementação dos estudos. Esta situação poderá ser

contornada por ações do município quanto à construção de novas salas de aula ou a disponibilização de transporte escolar em quantidade e qualidade suficientes.

A produção de culturas alimentares ou de subsistência ainda não atingiu o nível de importância das culturas olerícolas. Entretanto, há o interesse da comunidade de produzi-las em maior quantidade e qualidade. Nesse aspecto, o maior incentivo deverá ser a implantação de um campo de produção coletivo, com técnicas modernas de cultivo. Os recursos poderão ser obtidos juntos ao Governo Federal, através de convênios firmados entre a associação e os ministérios responsáveis. Esta ação está ligada às ações para a solução de outro problema, o baixo nível tecnológico no preparo do solo. Para este problema propõe-se a aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Nesse caso, pode ser obtido através de emendas parlamentares direcionadas ao município em articulação com deputados federais. No primeiro caso, o prazo de execução poderá ser imediato, conforme razões abordadas anteriormente; no segundo, o prazo mínimo para início é de 6 meses, pois depende das articulações políticas para a inclusão da emenda no orçamento federal.

Os problemas advindos pela criação de animais soltos poderão ser solucionados pela modificação dos sistemas de criação destes. Nesse caso, a realização de um programa de capacitação na comunidade sobre os diferentes sistemas de criação para as diferentes espécies domésticas criadas, promovidos pelo município, causaria uma mudança significativa na criação dos animais e promoveria incremento na renda dos criadores, pois a grande maioria dos moradores são criadores de uma outra espécie. Os resultados poderiam começar a aparecer em 6 meses.

A baixa qualidade das habitações é um problema comum a inúmeros municípios brasileiros, pois segundo Maricato (2006), os estudos sobre carência de moradia e falta de condições dignas mostram que os déficits habitacionais estão concentrados nos extratos populacionais de baixa renda (92% dos casos). Entretanto, com a implantação da Política Nacional de Habitação esta realidade foi melhorando gradualmente (BRANDÃO et al, 2018).

No caso específico na comunidade estudada, a construção de novas casas, pelo Governo Federal através de seus programas, poderá ser iniciada em, no mínimo, 6 meses, pela adesão aos programas realizados pelo município.

Quanto ao desinteresse dos jovens pela atividade agrícola, um trabalho de conscientização proporcionados pelas entidades de pesquisa e extensão será de fundamental importância, considerando que os mesmos relataram não compreender a atividade agrícola como sendo rentável. Portanto, a implantação de unidades experimentais implantadas na comunidade poderá ser utilizada para esse trabalho de conscientização dos jovens quanto ao futuro promissor da atividade agrícola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desse trabalho realizar um plano de ação para que se nortearse ações que viriam em benefício dos moradores. Ações estas direcionadas ao atendimento de suas reais necessidades e segundo as suas prioridades.

Segundo informações dos moradores, a comunidade sempre recebeu algumas ações governamentais. Entretanto, seus principais problemas continuaram, pois não lhes eram consultados sobre os mesmos nem sobre suas aspirações, o que impossibilitou, no decorrer dos anos estes serem atendidos em sua plenitude.

Partindo-se deste trabalho, tem-se a certeza de que muitas dúvidas e incertezas continuarão a fazer-se presente pelo fato de estar-se sempre em processo de desenvolvimento e construção. Entretanto, as informações obtidas asseguram que ações urgentes deverão ser implementadas, mas de maneira articulada e sequencial, para que se obtenha êxito.

A implementação de ações não deverá partir apenas do poder público, mas da própria comunidade ou de outras instituições, sobretudo das entidades que compõem o Terceiro Setor. Assim, as instituições públicas das esferas municipal, estadual e federal poderão participar mais efetivamente focando nas reais necessidades da comunidade e poderão ser auxiliadas por outras entidades e empresas privadas, especialmente aquelas que trabalham com elaboração de projetos, assistência técnica e fomento.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – AGERP pelo apoio concedido durante a execução do trabalho, principalmente a cessão de auxiliares técnicos e meios de transporte, sem os quais seria difícil atingirmos os nossos objetivos; à Universidade Estadual do Maranhão, pela oportunidade que nos foi criada e a concessão de bolsa de iniciação científica; à Secretaria Municipal de Educação, que nos forneceu a estrutura para a realização das oficinas e professores para colaborarem com os trabalhos e à comunidade de Catucá, pela hospitalidade e colaboração no fornecimento de informações.

6. REFERÊNCIAS

Boff, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. 1. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 95).

BRANDÃO, André Augusto; DA DALT, Salette; SOUZA, Sidimara Cristina de. Comunidades quilombolas e o Programa Nacional de Habitação Rural. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21 n. 1, p. 79-98, jan-abr 2018.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. DA EXTENSÃO RURAL CONVENCIONAL ; EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ENFRENTAR DESAFIOS PARA ROMPER A INÉRCIA. set. 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Francisco_Roberto_Caporal/publication/228810107_Da_extensao_rural_convencional_a_extensao_rural_para_o_developpemento_sustentavel_enfrentar_desafios_para_romper_a_inercia/links/5b20251faca272277fa81758/Da-extensao-rural-convencional-a-extensao-rural-para-o-desenvolvimento-sustentavel-enfrentar-desafios-para-romper-a-inercia.pdf>. Acesso em: 12 jan 2020.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1991.

CHACON, S. S. O QUE É DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL? DEFINIÇÃO DA SUSTENTABILIDADE PARA COMUNIDADES RURAIS CARENTES ATRAVÉS DO PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO. jan. 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Suely_Salgueiro_Chacon/publication/266216806_O_QUE_E_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL_DEFINICAO_DA_SUSTENTABILIDADE_PARA_COMUNIDADES_RURAIS_CARENTES_ATRAVES_DO_PLANEJAMENTO_PARTICIPATIVO/links/58893d16458515701200f45a/O-QUE-E-DESENVOLVIMENTO-SUSTENTAVEL-DEFINICAO-DA-SUSTENTABILIDADE-PARA-COMUNIDADES->

RURAIIS-CARENTES-ATRAVES-DO-PLANEJAMENTO-PARTICIPATIVO.pdf>. Acesso em: 12 jan 2020.

GASTAL, M. L. et al. Proposta metodológica de transferência de tecnologia para promover o desenvolvimento. Planaltina: EMBRAPA-CPAC, 1993. 41 p.

GOMES, M. A. O. et al. Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como mitigador de impactos socioeconômicos negativos em empreendimentos agropecuários. In: BROSE, M. Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, p. 63-78, 2001.

LOURENÇO, J. N. de P.; GUIMARÃES, R. dos R.; LOURENÇO, F. de S. Diagnóstico Rural Participativo da Comunidade de São Raimundo no Município de Maués. In: REUNIÃO AMAZÔNICA DE AGROECOLOGIA, 1., 2007, Manaus. A agroecologia no contexto amazônico. [Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2007]. P. 188-191. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/en/amazonia-ocidental/busca-de-publicacoes/-/publicacao/681444/diagnostico-rural-participativo-da-comunidade-de-sao-raimundo-no-municipio-de-maues>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MARICATO, Ermínia. Cidades brasileiras: a matriz patrimonialista. In: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas sociais – acompanhamento e análise**. Brasília: Ipea, 2006. p. 211 – 220.

PATRÍCIO, P. C.; GOMES, J. C. C. Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/955333/1/211361421PBartigocosta.pdf>>. Acesso em: 12 jan 2020.

PEREIRA, José Roberto; LITTLE, Paul Elliott. DRPE – Diagnóstico Rural Participativo Emancipador: a base para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária. Viçosa, MG: UFV, 2002.

PRONK, J. e HAG, M. Desarrollo sostenible. Del concepto a la accion. **El informe de la Haya. Ministério de Cooperación para el Desarrollo/ONU-PNUD**: Haya/New York,1992.

ROMÃO, D. A.; CHABARIBARY, D.; CARVALHO, M. de; ROTH, M. FORTALECIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS NO BRASIL: um estudo regional. Informações Econômicas, SP, v.35, n.2, fev. 2005. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/tec2-0205.pdf>>. Acesso em: 12 jan 2020.

SOUZA, M. M. O. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DRP). Revista Em Extensão, v.8, n.1, 3jun. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20380>>. Acesso em: 12 jan 2020.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006, 62 p.